será informada através de edital próprio, a ser disponibilizado no site www.seduc.pa.gov.br obedecendo a disponibilidade orçamentária da Secretaria de Estado de Educação.

Artigo 8º - O processo seletivo para a concessão da Bolsa Mestrado – Doutorado deverá ser concluído no prazo máximo de quarenta e cinco (45) dias a contar da publicação do edital de abertura das inscrições;

§ 1º - O servidor que pretear o incentivo do projeto Bolsa Mestrado – Doutorado deverá de pronto preencher os critérios definidos no Artigo 3º desta Resolução.

§ 2º - As inscrições serão efetuadas pela página eletrônica www.seduc.pa.gov.br ou setor de protocolo desta secretaria situada na Rodovia Augusto Montenegro km 10 s/n, CEP: 66.820-000, Belém.

§ 3º - No ato de inscrição o candidato deverá apresentar todos os documentos necessários à sua habilitação, sendo vedada, em qualquer hipótese, a juntada de documentação em momento posterior;

Artigo 9º - O processo seletivo no Processo Bolsa Mestrado – Doutorado será realizado em duas (2) etapas de caráter eliminatório e classificatório;

1. Etapa 1: análise documental, eliminatória;
2. Etapa 2: análise acadêmica científica: eliminatória e classificatória.

Artigo 10º - Os candidatos, na análise acadêmica científica, receberão notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) por cada critério, considerando-se selecionado o candidato que obtiver o mínimo de cinco (5,0) na média aritmética simples dos cinco critérios estabelecidos, respeitando-se o previsto no Artigo 7º desta Resolução;

Parágrafo Único - Na ocorrência de empate, como critério de desempate, será observado, em primeiro lugar os pontos obtidos na participação de projetos e programas específicos, publicações técnicas, didáticas e científicas de interesse da Política de Educação Básica do Estado do Pará;

Artigo 11º - O Projeto "Bolsa Mestrado-Doutorado" disponibilizará aos selecionados através de rubrica específica, o valor de 03 (três) salários mínimos para a bolsa mestrado, e 04 (quatro) salários mínimos para a bolsa doutorado;

Artigo 12º - O pagamento do atributo no Projeto "Bolsa Mestrado-Doutorado", respeitará o tempo de duração do curso mediante termo de compromisso assinado, cujos valores serão mensalmente lançados em contracheque na seguinte conformidade:

- I - Para os servidores que já se encontram participando de programas de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado, o pagamento da bolsa dar-se-á a partir do mês subsequente ao resultado do processo seletivo;
- II - Para os servidores que iniciarão o curso, o pagamento dar-se-á a constar da data início, declarada pela instituição mantenedora do curso, respeitando o estabelecido acima;
- III - Em nenhuma hipótese o valor disponibilizado ao beneficiário será superior ao estipulado no "caput", ainda que este ocupe mais de um cargo no magistério público estadual.

Artigo 13º - O tempo de duração do incentivo no Projeto Bolsa Mestrado-Doutorado, corresponde ao limite máximo de 24 (vinte e quatro) meses para mestrado e 36 (trinta e seis) meses para doutorado;

§ 1º - O incentivo será concedido ao mesmo servidor uma única vez, para mestrado e para doutorado, vedada a concessão aos penalizados em procedimento disciplinar, aos que estejam em estágio probatório e aqueles com expectativa de aposentadoria, conforme descrição abaixo:

- I - 06 (seis) anos para cursar o doutorado;
- II- 04 (quatro) anos para cursar o mestrado;

§ 2º - Aos servidores beneficiados com a bolsa mestrado, só poderá ser concedida a bolsa doutorado depois do mesmo ter exercido suas atividades de origem, por igual período de tempo do recebimento da bolsa mestrado;

Artigo 14º - A constatação de irregularidade durante o gerenciamento do processo implicará na imediata suspensão do atributo concedido, e com conseqüente instauração do procedimento disciplinar para correção e ressarcimento ao erário;

Artigo 15º - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Técnica Avaliadora, cujo parecer conclusivo será submetido à decisão final da Secretária Executiva de Estado de Educação;

Artigo 16º - As despesas resolução decorrentes da execução desta resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, definidas anualmente.

Artigo 17º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 18º - Revogam-se as disposições da Resolução nº05 de 26 de outubro de 2007.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém, 26 de março de 2010.

Prof. Drª Maria do Socorro da Costa Coelho

Secretária de Estado de Educação

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2010-GS/SEDUC

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 86083

INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 002/2010- GS/SEDUC, 23 DE FEVEREIRO DE 2010.

Disciplina a liberação de recurso aos municípios, para custeio de serviços relativos ao transporte escolar dos alunos residentes na zona rural e ribeirinhos matriculados na Educação de Jovens e Adultos, Ensino Modular Médio, Ensino Regular Médio e Ensino Profissionalizante, da rede pública estadual.

Art.1º - O recurso destinado ao transporte escolar, oriundo do orçamento do Estado (fonte 001), será repassado, em caráter suplementar, aos municípios do Estado do Pará, para custeio suplementar das despesas com transporte escolar de alunos residentes na zona rural e ribeirinhos, em locais de difícil acesso e sem escolas perto de casa, matriculados na Educação de Jovens e Adultos - Médio, Ensino Modular - Médio, Ensino Regular Médio e Ensino Profissionalizante, da rede pública estadual de ensino, para o ano letivo de 2010, incluindo o período de recuperação, mediante celebração de convênio de Cooperação Técnica e Financeira junto a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC, garantido nos Artigos.205, 206, inciso I e 208, inciso VII, da Constituição Federal de 1988 e no 10, inciso VII, 11, inciso VI, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/96), observando a responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a oferta do Transporte Escolar e em observância ao que dispõe o art. 116, da Lei 8.666/93, e as condições previstas nesta Instrução Normativa.

§1º: Os valores a serem repassados aos Municípios, serão calculados individualmente, pela Secretaria de Estado de Educação, considerando o número de alunos a serem transportados e considerando valores per capita, a partir dos dados informados pelo Censo Escolar do ano anterior. Em situações especiais, o cálculo levará em consideração Tempo gasto pelas embarcações e/ ou quilômetro rodado.

§2º: O convênio de que trata o caput deste artigo será firmado, com os Municípios que estejam adimplentes com a Secretaria de Estado de Educação e IGEPREV.

Art.2º - Para fins de celebração do convênio previsto no artigo anterior, o município convenente interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

- I. Ofício de Adesão encaminhado à Secretaria de Estado de Educação, manifestando interesse na celebração do convênio de cooperação técnica e financeira, devidamente fundamentado com a lista de alunos que serão beneficiados, em consonância com o Art. 1º; da IN.
- II. Comprovação de prestação de contas aprovada ou em processo de análise perante a SEDUC, ficando, no segundo caso, condicionado o repasse das parcelas à aprovação das contas;
- III. Plano de Trabalho devidamente assinado, com descrição do Objeto a ser executado, metas a serem atingidas, etapas ou fases da execução, plano de aplicação dos recursos financeiros e cronograma de desembolso, conforme anexo I, acompanhado com:

1. Comprovante de abertura de conta corrente em banco na seguinte ordem de prioridade: BANPARÁ, BANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BASA e bancos privados.

Art.3º - Atendidas as exigências do artigo anterior, o processo será formalizado pela SALE/CAE/GTE, que indicará o nome do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do convênio, cabendo ao mesmo a emissão do relatório de cumprimento do objeto do convênio.

Art.4º - A liberação dos recursos para o município ocorrerá em parcelas conforme o cronograma de desembolso, com início após a vigência do convênio.

Art. 5º - Será celebrado de forma excepcional, o convênio e o repasse de recursos que trata esta Instrução Normativa, com os municípios que estejam com pendências de prestação de contas em razão de inadimplência ou rejeição das mesmas, nas seguintes

condições, cumulativamente:

- I. Comprovação mediante certidão atualizada de tramitação de Ação de Ressarcimento e/ou Ação de Improbidade Administrativa contra o gestor antecedente relativa aos convênios com pendência de prestação de contas, devendo constar na certidão o número do convênio, valor e o objeto da ação;
- II. Instauração imediata de tomada de contas, tomando-se como parâmetro a Instrução Normativa nº 01/97 do STN e Portaria Ministerial 127/2008, podendo o referido prazo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, havendo necessidade de diligências.

§10- A medida prevista no caput deste artigo somente será procedida mediante autorização expressa do Secretário de Estado de Educação.

Art.6º - O gestor municipal deverá realizar a prestação de contas dos valores repassados e utilizados, no prazo de 60(sessenta) dias a contar do término da vigência do convênio diretamente ao Tribunal de Contas do Estado, composta da seguinte documentação:

- 1 - Ofício de encaminhamento à SEDUC;
- 2 - Cópia do ofício protocolado junto ao TCE/PA comprovando a entrega da prestação de contas original;
- 3 - Balancete financeiro;
- 4 - Relação de pagamentos Efetuados;
- 5 - Extrato Bancário evidenciando crédito em conta e toda movimentação financeira.
- 6 - Homologação e adjudicação do certame licitatório ou documentação que justifique a ausência dos mesmos.
- 7 - Contratos administrativos decorrentes dos processos licitatórios ou dispensa dos mesmos.
- 8 - Notas fiscais e/ou recibos devidamente identificados com o título e número do convênio, bem como atestados, confirmando a entrega do bem/serviço.
- 9 - Cópias de cheques ou equivalentes.
- 10 - Relatório de cumprimento do objeto pactuado.

§1º Encaminhar cópia da prestação de contas à SEDUC/CRF/GPREC para análise da mesma.

Art.7º - Em caso de não aceitação ou impossibilidade de celebração do convênio pela Prefeitura, a SEDUC se responsabilizará pela prestação dos serviços de que trata esta Instrução Normativa.

Art.8º- Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Belém, 23 de fevereiro de 2010.

Maria do Socorro da Costa Coelho

Secretária de Estado de Educação

EDITAL 003/2010-GS

NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 86113

EDITAL Nº 003/2010 - GS/SEDUC

PROJETO DE CONCESSÃO DE BOLSA MESTRADO E DOUTORADO DO PROGRAMA ESPECIAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS INTEGRANTES DO MAGISTÉRIO DA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO.

1. CONVOCAÇÃO:

A Secretaria de Estado de Educação, procurando promover a melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica no Estado do Pará, dá continuidade às ações do Programa Especial de Formação Continuada aos seus Integrantes do Magistério tornando público o Projeto de Concessão de Bolsa Mestrado e Doutorado para o primeiro semestre letivo de 2010, oferecido nos termos estabelecidos no presente edital.

2. OBJETIVO:

O objetivo do presente Edital é a concessão de bolsas de estudos para integrantes do quadro efetivo do magistério que estejam cursando mestrado e doutorado, estimulando a formação permanente dos profissionais da educação e possibilitando condições necessárias para a efetivação de práticas pedagógicas crítico-reflexivas.

3. INSCRIÇÕES:

1. A inscrição será feita por meio do preenchimento de formulário eletrônico específico disponível na página www.seduc.pa.gov.br, até a data e o horário limite de submissão da inscrição, conforme o item 7.

2. Após o preenchimento do formulário eletrônico o candidato deverá, no prazo máximo de cinco dias úteis, efetivar sua inscrição impressa no protocolo da Secretaria de Estado de Educação, localizada na Rodovia Augusto Montenegro km 10 s/n, CEP:66.820-000, Belém.

3. No ato da inscrição impressa o candidato deverá apresentar:

- a) Requerimento solicitando a concessão da bolsa assinado pela chefia imediata;